

Governadores e prefeitos condenam prorrogação

Governadores do PMDB e prefeitos de seis capitais repudiaram a tentativa de adiar as eleições de prefeitos e vereadores previstas para novembro e também foram unânimes na advertência de que a manobra em articulação na Constituinte põe em risco o processo da transição democrática.

Em Porto Alegre, onde foram assistir à posse do governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, na presidência do Conselho de Desenvolvimento dos Estados do Sul (Codesul), os governadores do Paraná, Álvaro Dias, e de Santa Catarina, Pedro Ivo, disseram que os prefeitos eleitos em 1982 — os das capitais e cidades consideradas áreas de segurança nacional foram eleitos em 1985 — tiveram mandato excessivamente longo e a prorrogação seria desgastante.

"Se a Constituinte decidir pela prorrogação, teremos que acatar", disse Álvaro Dias, "mas ela não trará qualquer benefício ao país." Pedro Ivo acrescentou que a realização de eleições municipais este ano "é importante para o pleno restabelecimento da democracia."

Simon teme — O governador Pedro Simon foi taxativo: "Sou contra o adiamento porque as eleições já estavam marcadas e são uma antiga reivindicação de amplos setores democráticos da nação". Embora ache "muito difícil que a prorrogação passe", Simon acabou admitindo: "Nas atuais circunstâncias não duvido de mais nada."

Em Recife, o governador Miguel Arraes disse que a realização de eleições municipais em novembro "é uma exigência do processo de transição política". Advertiu que "adiar as eleições é subverter o processo e investir contra a reestruturação da democracia". Arraes acrescentou que "o povo quer votar e eleger com a maior brevidade possível não só os prefeitos, mas também o presidente da República."

O prefeito de Salvador, Mário Kertesz (PMDB), embora contra a prorrogação, disse que aceitará a decisão da Constituinte porque não é como o prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, "que defende a prorrogação de mandatos, mas anuncia que renunciará ao dele."

No Rio, o prefeito Saturnino Braga (PSB) defendeu eleições municipais em novembro, "porque elas têm o significado de reconstruir as bases partidárias". Acrescentou que para a consolidação da democracia "é importante que se respeitem os mandatos".

Sem justificativa — Edson Andriano (PMDB), prefeito de Florianópolis, disse que "não há justificativa para adiar as eleições" e Garibaldi Filho (PMDB), prefeito de Natal, afirmou que "sugestões desse tipo só prosperam quando o país vive em clima onde não predomina a liberdade democrática."

A prefeita de Fortaleza, Maria Luiza Fontenele (PT), considerou a tentativa de prorrogação dos mandatos municipais "vergonhosa, absurda e inaceitável". Denunciou a manobra como "uma barganha daqueles que defendem os cinco anos para Sarney, com o objetivo de preservar os mandatos dos seus apadrinhados".

O prefeito de Cuiabá, Dante de Oliveira (PMDB), autor da emenda que motivou a campanha das diretas em 1984, disse que o movimento pela prorrogação "é uma vergonha, coisa que lembra o passado, a ditadura, o presidente Geisel, o presidente Figueiredo".

Em Porto Velho, o prefeito Tomás Correia (PMDB) afirmou que a Constituinte "não tem poderes para cassar o direito do povo", prorrogando os mandatos dos prefeitos e vereadores até 1989.

Jânio adere mas renuncia

SÃO PAULO — A polêmica tese da prorrogação dos mandatos municipais recebeu, ontem, uma adesão de peso: a do prefeito Jânio Quadros, que utilizou como argumento o temor de que "muita eleição" — municipal este ano, presidencial no próximo e estadual em 1990 — acabe "provocando enjôo no povo". Jânio defende a proposta para seus colegas porque, garante, renunciará ao ano adicional de mandato se o pleito for efetivamente adiado pela Constituinte.

Crítico feroz da prorrogação até há uma semana, o prefeito Jânio Quadros rendeu-se aos argumentos de sua assessoria política e, com um grande número de obras em andamento, convenceu-se de que terá rendimentos políticos se permanecer no posto. Quanto à renúncia, não passaria de um blefe, embora Jânio aconselhe seu vice-prefeito, o deputado estadual Arthur Alves Pinto (PFL), ou o presidente da Câmara a se prepararem para substituí-lo.

Sant'Anna recusará missão

BRASÍLIA — O líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), disse que não aceitará a tarefa de organizar nenhum movimento em defesa da prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos, se o presidente José Sarney lhe encomendar tal missão.

Embora diga que o presidente não conversou com ele sobre o assunto nem manifestou qualquer preocupação com relação à realização de eleições municipais este ano, o líder do governo colocou-se, desde já, contra qualquer manobra prorrogacionista. "As eleições estão marcadas e são necessárias, até para prepararmos este povo para votar no presidente, no próximo ano", justificou.

Garantia — No mesmo tom de Carlos Sant'Anna reagiram os líderes do PMDB na Câmara e na Constituinte e os partidos de esquerda. O líder pemedebista na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS), bem como o líder do PCB, deputado Roberto Freire (PE), querem, por via das dúvidas, garantir a realização das eleições através de legislação ordinária, a ser votada paralelamente aos trabalhos da Constituinte.

Ibsen enviou convocação a todas as lideranças partidárias para uma reunião, na próxima terça-feira, com o objetivo de formalizar uma posição conjunta contra a prorrogação e a elaboração de um projeto de lei de regulamentação das eleições municipais. "Se concluída a tempo, a nova Constituição irá regular os dispositivos permanentes e transitórios, mas se houver qualquer atraso, o Congresso Nacional tem que dar a sua resposta", sustentou o líder do PMDB.

De acordo com o líder, quando a Constituinte aprovar artigo estabelecendo que o número de vereadores seria fixado pelas Constituições estaduais, "não se poderia imaginar que haveria um atraso na promulgação da Constituição. Mas não permitiremos que o prolongamento dos trabalhos sirva de desculpa a manobras de prorrogação. Temos condição de, em poucos dias, regulamentar essas eleições ou deixar que os Tribunais Regionais Eleitorais o façam". O líder do governo acha que essa legislação não será necessária, pois não vê na Constituinte um sentimento prorrogacionista. Mas ad-



Sant'Anna: eleição é treino

mitiu juntar-se a Ibsen para aprovar a legislação ordinária.

O deputado Luis Alfredo Salomão (PDT-RJ) disse que tem recebido pedidos de vários vereadores e prefeitos em favor da prorrogação, que classifica de "um escândalo". Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), candidato à Prefeitura da capital paulista, lembra que qualquer manobra prorrogacionista esbarra, "de cara", na resistência de pelos menos 150 parlamentares que são candidatos às eleições municipais.

O deputado Nilson Gibson (PMDB-PE), um dos mais esforçados defensores do presidencialismo e de seis anos de mandato para o presidente Sarney, revelou que foi convidado pelo líder do governo, Carlos Sant'Anna, para compor, como vice-líder, o novo bloco de sustentação ao presidente. Gibson acrescentou que vai aceitar o convite e garantiu que não terá por essa razão qualquer atrito com o governador Miguel Arraes, com quem conversou ontem e só não tratou do assunto "por falta de tempo". "Arraes não fez pressão em relação ao meu voto e não vai fazer agora", disse. O deputado se gaba de apoiar ao mesmo tempo o presidente Sarney, o governador Arraes e o prefeito Jarbas Vasconcelos.

Áureo Mello Fã de Sarney quer eleição adiada para 90

O senador Áureo Mello (AM), que chegou à Constituinte em julho passado, assumindo a vaga do falecido senador Fábio Lucena, e se diz fã incondicional do presidente José Sarney — "adoro ele" —, sente-se agora recompensado, após meses de anonimato. Ganhou notoriedade com a emenda que adia as eleições municipais para 1990. Pela primeira vez deu entrevistas e teve sua figura rotunda e vestida de branco dos pés à cabeça reconhecida em plenário. "Estou nas manchetes", comemorava ontem.

Deputado estadual, deputado federal pelo antigo PTB, fundador do extinto MDB e procurador aposentado do Inca, Áureo, 63 anos, é ligado ao ex-

Gilson Machado A coincidência como fórmula de evitar eleição

Novato na política, rico, com pose de galã, o deputado pernambucano Gilson Machado, liderado do presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel, é autor de emenda que visa a tornar coincidente todos os mandatos, de presidente a vereador, a partir de 1994. Para isso, seu calendário eleitoral prevê que haverá eleição para prefeitos e vereadores somente em 1990. Gilson nega que sua emenda proponha a prorrogação, mas não define o que será feito dos atuais prefeitos e vereadores se ela vier a ser aprovada.

Parlamentar de primeiro mandato, 46 anos, advogado e contemporâneo do líder do PCB, Roberto Freire, nos movi-

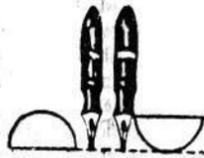
mentos estudantis de Pernambuco, Gilson Machado não é considerado um constituinte dos mais brilhantes. "É um órfão da ditadura, ainda inexperiente", diz Roberto Freire. Gilson Machado teve algum destaque quando o Centrão estava forte, mas menos por sua atuação direta e mais por estar sempre próximo às estrelas. Está presente em quase todas as reuniões, mas sua opinião raramente prevalece. Sua maior pregação tem sido no sentido de mostrar que as eleições este ano "são inviáveis".



Gilson Machado

Constituinte também ameaça derrubar o voto aos 16 anos

Parece que vai durar pouco a alegria da garotada que pensava em votar aos 16 anos. Começa a se organizar um formidável movimento dentro da Constituinte para suprimir esse direito nas votações do segundo turno. O tópico foi inserido, através de emenda de diversos autores, entre eles o jovem Aécio Cunha (PMDB-MG), no capítulo dos direitos políticos, que concede facultativamente aos analfabetos e aos menores a partir dos 16 anos o direito ao voto. Um dos constituintes que defendeu a emenda com entusiasmo na tribuna foi o septuagenário Afonso Arinos, que considerou os jovens hoje suficientemente bem informados para usufruir o direito de votar.



Agora começam as articulações para derrubá-lo. O deputado Amaral Neto é um dos líderes do movimento contrário ao voto dos menores, cujo contingente calcula que esteja entre 6 e 7 milhões de eleitores. Amaral considera um absurdo que um jovem possa votar mas não possa ser responsabilizado criminalmente. "Isto poderá gerar uma situação muito curiosa: um eleitor de 16 anos fraudar uma urna e ficar impune porque é menor". Amaral Neto acha que este poderá ser um recurso que adultos usarão para "melar" urnas de adversários. O senador Jarbas Passarinho é outro adversário do voto aos 16 anos e cita um exemplo: "Só dois países no mundo adotariam o voto do menor: o Brasil e a Nicarágua".

O direito ao voto poderá gerar outros tipos de responsabilidades aos jovens. Nas Forças Armadas já se estuda a possibilidade de, uma vez aprovado o direito de voto, também convocar os menores para o serviço militar aos 16 anos. No encaminhamento da votação da emenda, alguns dos defensores fizeram questão de distinguir o direito ao voto da responsabilidade criminal. Alegaram que a lei já tem hoje gradação de responsabilidades. Por exemplo, só pode se eleger deputado com 21 anos. Mas não se pensou na época no serviço militar, e será difícil explicar às Forças Armadas como um jovem pode escolher seu presidente da República sem estar qualificado para cumprir com suas obrigações militares.

Não será só a direita que tentará derrubar o voto do menor de idade. Muitos progressistas olham-no com desconfiança. É que não será o PMDB o maior beneficiado pelo novo contingente de eleitores, mas o PT, em primeiro lugar, e depois os partidos comunistas, como o PC do B. O senador Fernando Henrique Cardoso, defensor da emenda, na noite da votação, resumiu para o deputado Plínio de Arruda Sampaio, do PT, e provável candidato a prefeito de São Paulo, o efeito que o voto teria sobre seu eleitorado: "Plínio, acabamos de elegê-lo prefeito". O PT, segundo pesquisas do próprio PMDB, é o partido preferido dos jovens paulistanos.

Etevaldo Dias

Líderes começam a livrar emenda Lucena de itens polêmicos

BRASÍLIA — As lideranças de todos os partidos, reunidas de manhã com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, praticamente fecharam um acordo sobre o modelo presidencialista a ser adotado depois da promulgação da nova Carta, depurando a emenda Humberto Lucena, aprovada terça-feira da semana passada, de alguns dispositivos que vinham causando polêmica.

Os pontos pendentes devem ser resolvidos hoje. Com o acordo, será possível votar o tema na próxima terça-feira e iniciar o capítulo sobre o Poder Judiciário um ou dois dias depois. "Ganhamos a semana", comentou o líder do PCB, Roberto Freire.

Ficou acertado que a posse do presidente da República será no Congresso Nacional e não no Supremo Tribunal Federal, conforme admitia a emenda Lucena. A redação do texto será melhorada para não deixar dúvida de que a eleição para presidente e vice-presidente será por chapa, eliminando a hipótese de o primeiro pertencer a um partido ou coligação e o segundo a outro esquema político.

Mais votado — Também haverá pequenos ajustes de redação no referente ao segundo turno das eleições, determinando que seja proclamado vencedor o candidato mais votado — que não precisará necessariamente alcançar a maioria dos votos.

A moção de discordância, dispositivo que permitia à Câmara e ao Senado exprimir seu desagrado com o depoimento de um ministro de Estado convocado ao Congresso, será suprimido. Ulysses foi enfático: "Isso é o cartão amarelo, é um absurdo". O deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), que na reunião foi o presidencialista mais intransigente na defesa do texto original, ainda tentou argumentar: "Isso é idéia do Lucena. Como ele não está aqui, é melhor tratarmos o assunto mais tarde". Ulysses voltou à carga: "Podem deixar que eu falo com o Lucena".

Medidas — O PC do B admitiu a possibilidade de retirar a emenda que prevê o voto de censura aos ministros por maioria absoluta da Câmara — Lucena propõe o quórum de dois terços — desde que efetivamente seja fechado um acordo global sobre o capítulo do Poder Legislativo.

Outro ponto da emenda Lucena derrubado é o que atribui ao presidente da República o direito de determinar a realização de referendo popular. Por insistência de Vivaldo, foi mantido porém o item que permite ao presidente enviar ao Congresso, para ser votado em 30 dias por maioria, o que se chamam *medidas legislativas programáticas*. Vários deputados temem que uma interpretação mais ampla desse dispositivo possa incluir entre essas medidas eventuais emendas constitucionais que, pela Carta, só podem ser aprovadas por dois terços do Congresso.